



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

### ATA DE REUNIÃO

#### ATA Nº 14/2022

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, com início às 8 horas e trinta minutos, realizou-se sessão ordinária do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE, da Universidade Federal de Pelotas, no Gabinete da Vice-Reitora, convocada e presidida pela Professora Ursula Rosa da Silva, Vice-Reitora, com a presença dos seguintes Conselheiros: Professora Maria de Fátima Cossio, Pró-Reitora de Ensino; Professor Flávio Fernando Demarco, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Professor Eraldo dos Santos Pinheiro, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; Professor Luiz Filipe Damé Schuch, representante da Área de Ciências Agrárias; Professora Márcia Foster Mesko, representante da Área de Ciências Exatas e Tecnologia Professor Bruno Rotta Almeida, representante da Área de Ciências Humanas; Professora Airi Macias Sacco, representante da Área de Ciências da Saúde e Biológicas; Professor Carlos Walter Alves Soares, representante da Área de Letras e Artes Professor Carlos Rogério Mauch, representante do Conselho Universitário; Senhora Mara Beatriz Nunes Gomes, representante dos Técnico-Administrativos; Senhora Joice Pereira da Silva Carvalho, suplente da representante dos Técnico-Administrativos; Acadêmico Cassio Lilge, representante discente e a Acadêmica Juciara Silva Corrêa Fonseca, representante discente. Com a constatação de existência de quórum, a senhora presidenta iniciou a reunião comunicando que havia convidado Diretores(as) para explicar os projetos pedagógicos dos novos cursos propostos. Solicitou autorização para participação de membros externos ao Conselho, para participar na relatoria de alguns processos da pauta. Informou, ainda, que tinham processos extra-pauta a serem analisados: 1) CG e 2) processos extras no despacho COCEPE. A seguir, iniciou a votação da pauta e esta foi aprovada, por unanimidade. Dando sequência à reunião, a senhora presidenta passou a relatar a solicitação das vinte e oito vagas docentes solicitadas e recebidas do MEC, em fevereiro. Enviaram para as Unidades Acadêmicas discutirem a necessidade de vagas e destinação pelo COCEPE. Dentro das propostas a Gestão colocava a possibilidade de criação de cursos noturnos (proc. nº 23110.027509/2021-91) que pudessem ser novos ou cursos que passariam para o noturno, integralmente ou com algumas vagas. Com relação ao Curso de LIBRAS, fizeram uma conversa com os professores e depois com a Comunidade. Cursos novos foi sugerido Bacharelado ou Tecnológicos. As Unidades se manifestaram e a partir disto foi trazido o assunto para o COCEPE. O COCEPE entendeu que poderiam reservar seis vagas para o Curso de LIBRAS. Houve a apresentação da intenção de implementação de cursos noturnos. A PRE continuou com conversas com as Unidades, para incentivar a intenção de criar cursos noturnos. Desde 2015 houve decréscimo de interesse de alunos entrarem na Universidade e sim passarem ao trabalho direto. Processo de evasão muito grande. Notaram que precisavam ter estratégias e criar alternativas para que os trabalhadores quisessem vir para a universidade. Inclusão maior de pessoas, principalmente fazer com que tenham a universidade como uma meta ou possibilidade em suas vidas. As políticas atuais estavam desprestigiando o ensino superior. Estavam se sentindo desqualificados, talvez com intenção de fechar as universidades públicas. Por isso a ideia de inserir cursos novos noturnos. Antes de lançar edital de Bacharelados e Tecnológicos e depois da reabertura de Licenciaturas, abririam a possibilidade de atender a solicitação das Unidades para criação de cursos novos noturnos. Leu o documento encaminhado (proc. nº 23110.002931/2022-14 – doc. SEI 1578734), em seis de fevereiro, às Unidades Acadêmicas para apresentarem propostas de abertura de cursos novos noturnos. Receberam duas propostas: do CCSO e CA. Trouxeram para o COCEPE e deixariam em *stand by*, seis vagas para LIBRAS e quatro para Design de Jogos e Comércio Exterior, sendo duas para cada curso. Essas dez vagas ficaram aguardando até que

os processos passassem no COCEPE e CONSUN, para definirem o perfil dos cursos. Tinham urgência de abrir os cursos novos no ano seguinte. Deveriam ter divulgação para lançar a oferta dos cursos. A conselheira Fátima se manifestou em termos de cursos de tempo integral. A conselheira Isabel perguntou o percentual de evasão nos cursos da Universidade. A conselheira Fátima respondeu que na média o percentual é de 25 a 30%. O conselheiro Carlos Rogério disse que teria dificuldade de ser contrário à possibilidade de ampliar a reabertura de vagas para o noturno e oportunizar que o público que, está no campo de trabalho, venha para a Universidade. Disse que não era contra, mas no contexto atual do país, com as verbas diminuídas. As vagas reservadas (10) para cursos novos eram suficientes. Cursos REUNI não estavam consolidados na sua plenitude, como deveriam estar. A Agronomia não poderia disputar vagas, quando já estava consolidado, com cento e dois docentes. Mais tarde, por exemplo, daqui a dois ou três anos, o COCEPE deveria fazer nova distribuição de vagas. A conselheira Mara Beatriz se manifestou informando de Assembleia do segmento dos TAEs, onde discutiram a precarização dos TAEs. No dia anterior haviam discutido a criação dos cursos noturnos. Necessidade de abrir vagas para os trabalhadores. Estavam sobrecarregados e cansados. A sugestão de redimensionamento dos trabalhos dos servidores da PROGEP era inviável. O tele trabalho não iria dar conta. Como os cursos iriam ser atendidos? A posição da categoria dos TAEs era de que pudéssemos discutir a proposta e procurar saber da situação dos novos cursos criados ultimamente (últimos cinco anos). O conselheiro Flavio elogiou o trabalho da PROGEP, que dimensionou o número de novas vagas e permitiu que fosse feita uma reflexão na Instituição no sentido da coleta de dados que originou o pedido de novas vagas. Foi um número significativo e isso permitiu que tivessem uma reflexão sobre a Instituição. Estamos vivendo um cenário dos mais desafiadores para a Universidade Pública. Estávamos retornando de uma Pandemia. Não podemos negar o impacto que ela teve. Os números de evasão também são resultado desta Pandemia. Fazer modificação dos cursos que queríamos oferecer e o que temos no momento, talvez no momento para os cursos que foram criados, seja necessário um redimensionamento. Deveriam até mesmo pensar em cursos que tenham uma demanda social. A ideia da Gestão era de que todas as vagas que chegassem fossem todas utilizadas para cursos noturnos. Até mesmo para ocupar o Campus Capão do Leão que tem uma grande estrutura e não é utilizada no turno da noite, pela dificuldade de chegar até lá. Lembrou dos cursos REUNI que foram implementados com alguma contrariedade e nos últimos tempos tiveram Edital de vagas exclusivas para estes cursos. Precisavam, como instituição pública, fazer a sinalização de que estavam tentando minimizar os impactos criados pela Pandemia. O conselheiro Carlos disse que falaria com tranquilidade sobre o assunto, pois sempre se colocou a disposição dos Técnicos e dos colegas. Disse que entendia o quanto as pessoas estavam sensíveis e irritadiças, por situações complexas e acabavam se colocando em uma situação não desejadas. Conversou com a Unidade, dizendo que quantas pessoas estão sensíveis à causa. Como Diretor, não havia convidado representante dos TAEs e pediu desculpas pelo ocorrido. Fizeram levantamento das solicitações de trabalhar trinta horas, que seria uma forma de trabalhar menos e com mais eficiência, porém pela resposta do Governo Federal, esta questão caiu por terra. Relatou a lista de técnicos que trabalham nos cursos do Centro de Artes. No total oito profissionais. Não iria dar demandas a mais para o pessoal TAE. Não queria gerar problemas para os colegas. Um servidor TAE, Gabriel o procurou e disse que queria trabalhar no Curso de Jogos, por gostar muito do tema e se ofereceu para secretariar o curso. Nenhum trabalho a mais seria atribuído aos demais TAEs. Cogitaram ter outro TAE, mas no momento funcionaria desta forma. No CDTEC havia muito espaço e concordaram em ceder no turno noturno. No dia anterior havia recebido um representante dos TAEs, que propuseram a constituição de uma Comissão, para análise dos servidores que tinham. No momento de retorno de Pandemia tinham muito cuidado em rever as questões de trabalho de todos. A senhora presidenta solicitou que fossem realizadas as apresentações pelos Diretores e depois retornassem ao debate sobre cada proposta, para amadurecerem a ideia do mérito acadêmico. Aprovada a sugestão. A Professora Isabel apresentou a proposta do Curso de Comércio Exterior. Relatou que o CCSO havia feito consulta a toda a Comunidade para pensarem propostas de cursos noturnos. Surgiram várias propostas. Realizaram três Assembleias para discutir as mesmas, com a representação de todas as categorias. Demanda da região. Comércio Exterior foi o mais votado pela localização com dois portos e fronteira. Em maio iniciaram a construção do PPC, com criação de Comissão, para realizar o trabalho. Em 21 de junho tiveram todas as aprovações. Pesquisa com APEX (Ag. Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos, que ouviu mais de 250 produtores). Localizado na área de Gestão e Negócios. Apresentação de cursos de COMEX

em instituições brasileiras. Estrutura organizacional do Curso. Fluxograma. Toda a organização foi encaminhada ao IFISP, para análise. Participaram da construção. Já havia sido realizada análise em conjunto com os TAEs, que estavam lotados no CCSO. Um curso seria realocado na FAEM. Discutido bastante com docentes e os TAEs, que haviam entendido a necessidade de criação de cursos noturnos. Os Técnicos entenderam esse contexto da existência de muitas pessoas que não podem estudar durante os turnos diurnos, por precisarem de obter verba para sua subsistência, abraçaram a proposta com a Direção. Necessitam apenas de duas vagas docentes. O conselheiro Carlos fez um pequeno histórico da troca de curso de Teatro para diurno, com o compromisso de ter um curso noturno. Trabalharam com a proposta de passar um curso diurno para a noite e pensaram no curso de Composição Cultural, mas a ideia não foi adiante. Surgiu a proposta do Curso de Games e a Professora Mônica Farias iria apresentar. Esta se apresentou e falou da proposta do curso de Jogos Design de Jogos. Retorno do CA à sociedade. A partir deste momento possuem infraestrutura, equipamentos, docentes. Existem quatro cursos no Brasil, de instituições privadas. Apenas dezoito em instituições públicas de Tecnólogos. Trabalho realizado com alunos e empresas. O resultado foi que a área estava quase saturada de programadores. Faltam artistas de Design de Jogos. Falou das especificidades do curso. Professora Gicele Cardoso auxiliou na pesquisa. Apresentou tabela de síntese para a integralização do curso. Equipe. Funcionamento no CA e Anglo (CDTEC). Possibilidade de diálogo com outras áreas. Possibilidade de pesquisa e PG multidisciplinar. O conselheiro Carlos disse que fariam a revisão da carga horária docente. O Professor Paulo Borges apresentou o histórico da criação do curso de LIBRAS. Em final de 2021 a Gestão procurou o CLC, para implementar a proposta de criação do curso, que para ele foi motivo de alegria e preocupação, pelo momento em que passamos, em relação ao Governo Federal. Fizeram consulta à Comunidade, que se colocou favorável à proposta. Cinco vagas docentes para LIBRAS e uma para Educação. Inclusão e garantias para alunos e docentes surdos. A Professora Angela Nediane dos Santos apresentou a proposta do curso. Nove professores da área de LIBRAS que atendem todos os cursos de Licenciatura, além de Bacharelado desde 2010. Já era referência na área antes da disciplina ser obrigatória nos cursos de Letras e Pedagogia. Primeiro concurso realizado em 2010 (3 professores). Participam de Projetos de Pesquisa e Extensão. Este era um sonho antigo da Universidade, de efetivar o sonho. Por que criar o curso na UFPel? Fizeram a proposta ao e-MEC. Será o primeiro curso no Brasil com este nome. Existe uma necessidade e carência do curso no Rio Grande do Sul e só existem em instituições privadas. Seria o primeiro curso ofertado em instituição pública no Rio Grande do Sul. Em Pelotas e Rio Grande existem escolas de surdos que precisavam de docentes formados na área. A área é emergente, tanto no campo da pesquisa, como na extensão. Realizada consulta pública com docentes, alunos e TAEs. FaE, Coordenadoria de Ensino e Currículos (PRE), Coordenadoria de Regulamentação Acadêmica (ingresso), Reitora e Vice-Reitora fizeram diálogo com docentes de diferentes universidades do Brasil. Síntese do curso: presencial e noturno. Número de semestres: 9 – Carga horária – 3225 horas. Integralização da Extensão: inserida em disciplinas obrigatórias. Formas de ingresso no curso (30 vagas). Dezesseis processos especiais para surdos; nove para o PAVE e quinze para SISU. Não será exigido conhecimento prévio. Seis tradutores e intérpretes de LIBRAS e um número “x” de contratados de empresas privadas. Necessidade de mais seis intérpretes. Até a metade do curso será necessário a função destes técnicos. Há a necessidade de um TAE, que atenda aos professores surdos. Necessidade de espaço físico. Professora Tatiane se manifestou no sentido de lembrar da comunidade surda, que precisava ser incluída. A senhora presidenta agradeceu aos relatores e a todos que haviam contribuído na construção das propostas. Às dez horas e vinte e um minutos foi concedido intervalo. Às dez horas e trinta e um minutos retornaram à reunião. A senhora presidenta deixou a palavra à disposição dos conselheiros, para fazerem suas questões. A conselheira Mara Beatriz perguntou para a Professora Isabel se poderia oficializar no processo a questão dos TAEs. Em relação ao curso, a questão de técnico de nível médio ser apenas um. Sobre o PPC do curso de LIBRAS, questionou o dimensionamento. Decreto 10.183/89, cargo de Tradutor Intérprete de LIBRAS. Além deste tem o cargo de nível superior, que não estava extinto. Respondido que o dimensionamento dos TAEs já existe para os laboratórios. Precisaria apenas um para a Gestão do curso. O servidor Gabriel havia se prontificado para trabalhar na Coordenação. A Professora Angela falou que, havendo possibilidade de abertura de concurso, o curso ficaria muito melhor assistido. Dependeria da abertura de vagas para nível E. Poucas instituições tiveram esse acesso ao cargo (UFSC). A senhora presidenta disse que o contrato de terceirizados seria para garantir a abertura do curso. A UFPel seguiria

insistindo em abertura de vagas. A conselheira Juciara falou sobre demanda de pessoas com deficiência. Perguntou se no curso de Jogos a aquisição de equipamentos acompanharia a demanda, pois sabia que estes eram caros. Perguntou se a Universidade conseguiria adquirir. Precisariam ter um amparo muito grande. O conselheiro Carlos respondeu que no CA tinham outros cursos com viés tecnológico que já possuem laboratórios com equipamentos. O CDTEC também possui equipamentos suficientes para disponibilizar no turno noturno. O conselheiro Eraldo perguntou ao relator do Curso de LIBRAS se haveria entrada via ENEM. Respondido que foi criado um processo específico para surdos. O conselheiro Carlos Rogério perguntou sobre contratação imediata para atuarem nos novos cursos. Em relação à LIBRAS, demanda uma necessidade muito maior. A secretaria demanda de TAE com conhecimento na área. O valor vai duplicar em relação aos gastos que possui atualmente. A senhora presidenta falou dos Editais para contratação de docentes para 2023. O orçamento está visto como prioridade pela Gestão Central. Estrutura também é prioridade. Ajuste do orçamento para esta contratação. O Professor Paulo Borges falou sobre possibilidade de contratação de TAEs de nível superior em LIBRAS, a ser discutido no CONSUN, no dia cinco de julho. O conselheiro Luiz Filipe falou sobre créditos de vinte e seis horas para cursos noturnos. Respondido que uma disciplina não funciona no formato habitual. Será um projeto criado para alunos, orientado por um docente. Poderá ser desenvolvido em qualquer horário. A conselheira Fátima destacou a importância e celeridade, com que organizaram os PPCs. Parabenizou as equipes que trabalharam na construção. O conselheiro Eraldo falou sobre a parte de integralização com extensão. O conselheiro Carlos Rogério elogiou as equipes. Agradecida a presença de todos que apresentaram as propostas. A conselheira Airi disse que sua primeira experiência no COCEPE, nesta parte, foi muito importante. Se apresentou como docente do Curso de Psicologia, que havia sido criado no REUNI e recebido dezoito vagas docentes que seriam para o Curso de Psicologia e que haviam sumido. O curso iniciou com dois professores. Se fosse questionada no momento da apresentação da proposta com dois docentes, seria veementemente contra. Ao longo do tempo mudou de ideia, pela sua experiência no curso, na sua trajetória e no impacto nos alunos e na comunidade. A Psicologia é um curso noturno. Contou a história do relato de uma aluna negra que foi a primeira de sua família a se formar no curso superior. Parabenizou a inclusão de cursos para atender a comunidade. A conselheira Mara Beatriz disse que existiam várias coisas que a impactavam. Impactavam porque estavam em uma universidade que tem mais de cinquenta anos e via que existiam coisas que infelizmente não mudam e não mudam por existir um fetiche por excluir os TAEs da participação do processo de ensino e aprendizagem. Citou memorando nº 01/2022 Superintendência de Inovação, enviado para Unidades Acadêmicas e Administrativas para tratar do assunto e este convite era apenas para docentes. O Comitê ou Central de Técnicos precisa de dois TAEs Administrativos e um Técnico específico. Os técnicos não tinham pactuado com a proposta. Estas questões precisavam aparecer no processo. O memorando era de uma violência tal, que não conseguia compactuar. Solicitou que estes pontos fossem levados à reunião do CONSUN. O conselheiro Mario respondeu que havia apresentado aos colegas do setor que o Técnico Gabriel havia se proposto a participar da administração do curso. Continuou fazendo várias colocações. A conselheira Fátima falou sobre o esforço da PRE para levar qualidade para os cursos de Graduação. Procuravam levantar dados para oferecer qualidade para o ensino, principalmente para melhorar os indicadores, em um momento de crise. Disse que estamos passando por uma crise civilizatória e esta crise se dava no momento em que as pessoas estão tendo dificuldade em se relacionar umas com as outras e olhar para o outro como alguém humano. Disse isso, porque nas conversas que estava tendo com as Unidades Acadêmicas, via um movimento muito forte e muito bom, dos cursos se olharem. Isso era fundamental. A gente tem uma história, de mais de cinquenta anos, onde nos acostumamos com uma estrutura de universidade, que não corresponde mais com a realidade que podemos ter hoje e sequer queremos ter. No sentido de uma universidade Humboldtiana e esta era a perspectiva que assumimos no Brasil, como universidade pública, que é uma universidade Propedêutica, em sua essência e voltada para formação acadêmica continuada. Na verdade, não temos nem estrutura nem necessidade de ter este modelo de universidade na América Latina, onde estamos em um país com tanta miserabilidade como o Brasil. Atualmente ou a gente se olha e se redefine na perspectiva de relevância social de impacto positivo na sociedade. Inclusive em propor mudanças, pois não é nosso papel reproduzir. Além de reproduzir, temos que fazer proposições de mudanças. Em virtude disto, o que estamos criando na nossa universidade, que é uma universidade do sul do Brasil e sul do Rio Grande do Sul, uma universidade praticamente local e regional, são as políticas de

democratização e acesso, o que é muito bom. O que tínhamos como hábito era praticamente constituir nas nossas unidades de ensino, quase como faculdades isoladas. A perspectiva do andar da carruagem da nossa universidade foi levando à construção de faculdades isoladas, no sentido de autonomia. Cada unidade tem sido totalmente autônoma em termos do número de professores, de laboratórios, de espaços físicos, de técnicos, de equipamentos. O que queremos é uma universidade, que compartilha, troca, ocupa espaços, compartilha laboratórios, docentes, pois é assim que deverá ser uma comunidade epistêmica solidária e não espaços isolados e autônomos que não se dialogam. Queria dizer, com isto, era que estas vivências ao longo dos anos como Pró-Reitora de Ensino, têm lhe dado o conhecimento desta universidade dentro da perspectiva mais de institucionalidade, diferente de quando era professora exclusivamente, e dentro da perspectiva de institucionalidade, ou assumimos nosso papel político e social, que não é a política de uma gestão é a institucionalidade de que devemos reafirmar a nossa importância para a sociedade toda ou não teremos um bom final ou seremos logo ali considerados como irrelevantes e nesse sentido, a criação de cursos que têm impacto social mesmo na situação de política econômica a gente assinala e sinaliza para a sociedade que estamos em desenvolvimento e que queremos atender a sociedade que e queremos atender a sociedade que estão emergentes da nossa população, ampliando a possibilidade de acesso, democratizando com o curso de LIBRAS, utilizando da estrutura que temos, como disse a Mara, que estamos precarizando, pensaria bem o que era de fato, e não tinha dúvida de que temos poucos técnicos, e não tinham o número que realmente precisamos, gostaria que olhassem para a realidade da população brasileira e pensassem bem o que quer dizer precarização. Entendendo o que é precarização conceitualmente, e que poderia existir, mas vamos olhar bem o que quer dizer precarização em um cenário, onde trinta e três milhões de brasileiros estavam vivendo abaixo da linha da pobreza. Isto não é pouca coisa, mas não queria dizer que precisavam viver abaixo da linha de pobreza, para serem solidários, mas a solidariedade de olhar e do que entendem como formas de trabalho terá de avançar com mais institucionalidade. O que gostaria de dizer era que aquele momento era muito importante para sanarem posições de rugas dentro da instituição. Que universidade afinal queriam? Qual era o nosso conceito de universidade? Não deveriam ter um olhar apaixonado, mas um olhar para particularidades e nosso olhar para o coletivo, podendo partilhar de equipamentos, espaços físicos, que muitas vezes ficam ociosos. Podemos fazer isto em uma universidade pública? Não temos este direito. A sua defesa era de ampliação dessas formas de acesso aos trabalhadores e oportunidades para mais pessoas cursarem uma universidade e uma delas era a implantação do Curso de LIBRAS. A conselheira Márcia falou que precisavam tirar uma manifestação do coletivo para levar ao CONSUN. As representações das categorias existem naquele Conselho, então deveriam ter um consenso deste Coletivo. Entendia todas as demandas, pois era ex aluna da UFPel e professora desde o ano de 2009 e participou da criação de cursos no final da implantação do REUNI (criação de dois cursos de Graduação e depois da criação de um curso de Pós-Graduação) entendia que as reclamações eram sempre as mesmas e via isto e o impacto disto, pois na sua graduação teve que cursar uma universidade pública, pois não tinha como pagar e via o impacto disto nas particularidades de cada uma, que não cabia ali, a não ser agora a sua como membro neste Conselho. Sabia que iriam estar sempre a sensação de cobertor curto e, aliás, acabavam discutindo coisas mais pontuais do que deveriam ser. A primeira coisa que entendia como membro do Conselho, que estavam apreciando naquele momento, eram pontos muito importantes: primeiro em ter conseguido estas vagas naquele momento absurdo que estávamos vivendo, pois quando estavam falando de fome, estavam falando de precarização de trabalho, precarização de ensino no país e de pessoas que estavam saindo da universidade e se submetendo a trabalhos onde se sentiam diminuídos, por um prato de comida. Aquela cena, em que estavam com uma evasão enorme, que não acontecia somente na nossa instituição e sim em todas as instituições públicas que estavam passando por isto, em números assustadores no país, e lhe preocupava muito que os estudantes estarem além de saindo da universidade, passando a situações de trabalho para poderem dar apoio à sua família. Essa poderia ser a realidade de muito deles em um passado não muito distante. Olhando para esta situação, achava muito bom que tivessem a possibilidade de ter novos colegas docentes, pois via um número enorme de profissionais formados desempregados, qualificados para estar no mercado de trabalho e que não estavam. O segundo ponto que via era dos colegas que haviam trazido as propostas, pensando em uma demanda que, se fosse por sobrecarga de trabalho, acreditava que nenhum deles estaria naquele Conselho naquele momento. Acreditava que aquela era uma precarização no sentido todo que tinham visto ao longo dos anos, porque sobrecarregados, todos

estavam, mas quando pensava em não vir trabalhar ou participar de alguma coisa, lembrava de quem estava do outro lado, que nem esta condição tinha de escolher. Isto a impactava cada vez mais e por isso vinha disponibilizando cada vez mais sua participação em muitas coisas e pensando nisto pensava que não era correto ela assinar um termo de outorga para comprar equipamentos, para os laboratórios de ensino e pesquisa, porque ela não tinha um técnico que a ajudasse a fazer isto e não tinha uma pessoa que projetasse onde iria ficar o equipamento. Quem estava fazendo tudo isto, desde que havia entrado na UFPel era ela. Tinham uma demanda de funcionários e docentes para atender com qualidade sim, só que entendia que naquele momento o que estava percebendo era que se cedessem, só iria piorar e estariam tendo uma desvalorização de seus trabalhos pela comunidade que não consegue estar aqui dentro e nos enxergava cada vez mais elitizados. Entendia que a criação de cursos noturnos e se tivessem outras áreas que pudessem discutir, trouxe a demanda do Campus Capão do Leão, onde tinham uma estrutura sub-utilizada, na qual gostariam de poder atender, e não conseguiam. Por mais que pensasse que não tinham condições ideais, entendia que iriam criar estas condições ideais se conseguissem mobilizar a sociedade, para não acontecer o retrocesso que tivemos nos últimos anos. Era uma coisa coletiva, um apoio coletivo que precisavam ter e aprender a se enxergar como universidade e conversar entre as áreas, pois pecavam muito nisso ainda. Entendia que tinham menos discentes e que teriam áreas que teriam uma demanda menor, mas também acreditava que elas não eram menos importantes. Relatou um caso de um encontro que tivera em um congresso, onde um colega perguntou se precisavam ter tantos cursos de Pós-Graduação em Química no sul do Brasil. Quantas pessoas até a fronteira não poderiam concluir estes cursos e se deslocarem para São Paulo? Pensando em um país como o Brasil, que infelizmente nossos governantes não estão pensando, a gente só lamenta as desigualdades e acreditava que trazer estas pessoas nestas áreas ou qualquer outra área da instituição, naquele momento, era mostrar nossa capacidade de dizer que não queremos um país desigual e não queriam estar ali discutindo se as pessoas estavam saindo da universidade porque tinham fome ou porque estavam cursando tal curso ou por opção. Se elas estavam trabalhando durante o dia para poder pagar outra instituição e quando criam cursos em algumas instituições privadas, será que percebem estes critérios de espaços e laboratórios? Conhecia cursos em sua área de atuação, onde as pessoas não tinham nenhuma aula prática e estes eram profissionais que estavam trabalhando por aí. Também tinham de competir com estas coisas e mostrar uma realidade diferente para a sociedade. Entendia todas as dificuldades e participava de uma grande parte delas no dia a dia, mas acreditava que era o momento em que deveriam se unir para apoiar estes colegas que haviam se disponibilizado. Também entendia que seria mais trabalhos para todos e entendia que talvez um curso com dois docentes poderia ir adiante sem ter uma mudança principal. O país precisava enxergar a educação como prioridade e que esta não ficasse a mercê de cada governante que chega, que ela seja uma demanda por saúde, como está na constituição, que ela seja para todos, indiferente de qualquer coisa, mas era o momento de resistirem e agregarem pessoas dentro da instituição. Isto teria um impacto muito grande, se tivessem duas mil pessoas na matrícula eram duas mil a menos sendo perdidas por algum motivo e não sabemos o que aconteceu. Entendia que aquele era o momento de se unirem e trabalhar para que estas condições mudassem e os cursos se estruturassem, como acontecera com todos os nossos outros cursos. Precisavam pensar a parte pedagógica dos cursos e precisavam apreciar o que queriam de nossa instituição. Entendia as falas das conselheiras Mara e Fátima, mas precisavam agregar mais aulas dentro da UFPel. O conselheiro Flavio falou que temos de trabalhar indiferentemente das condições ideais, pois sempre tivemos dificuldades nas instituições brasileiras. No seu curso, nos países mais desenvolvidos, a prática é feita em 3D. Talvez tenhamos condições inferiores que muitos cursos de instituições privadas, que cobram por seu ensino e podem promover condições melhores. Atualmente, se forem ver as condições de estrutura física do Curso de Odontologia, a UCPel tem melhores condições do que o curso de Odontologia da UFPel, que tem cem anos. Isto vai impactar no resultado da formação? Sim impacta, mas o que avaliavam ao final do curso era que os nossos alunos egressos possuem uma formação melhor do que aqueles que estão em instituições privadas e isso já foi confirmado, independente de estarmos nas condições ideais de funcionamento. Assim como existe uma sobrecarga de trabalho dos TAES, há uma sobrecarga dos servidores docentes. Geralmente os que se põem a disposição para fazer este tipo de trabalho são aqueles que já possuem sobrecarga de trabalho. Depende muito da iniciativa dos indivíduos. Estar em um Programa de Pós-Graduação não tem pagamento nenhum adicional. E temos cursos excelentes de PG. Existe a questão da automotivação, no sentido de que estamos trabalhando em uma

universidade pública e vamos trabalhar para tentar fazer com que esta universidade se mantenha, pois assim como nosso Governo não dá oportunidades, todos nós temos uma história de vida de poder cursar uma universidade pública, nossa intenção é que ela se mantenha pública. Talvez não tenhamos tendo a noção do risco que está sendo colocado da universidade desaparecer. Esta questão era fundamental para todos nós e na realidade todos sabiam da importância destes cursos. O COCEPE precisa se debruçar sobre a análise acadêmica e pelo que foi apresentado, temos condições de aprovar as três propostas apresentadas, quanto ao mérito acadêmico. Poderiam discutir as outras questões no CONSUN.

A conselheira Mara Beatriz rebateu o ponto da conselheira Fátima sobre estado da população abaixo da linha da miséria, dava ver o que estava acontecendo em relação aos TAES. Eles não precisam estar vivendo abaixo da linha da pobreza, como trinta e três milhões, para discutirem a precarização que eles sofrem diariamente, para que eles questionem o fato de que a universidade não cumpre nem Resolução do CONSUN, que assegurava dezesseis horas de estudo sem compensação. Poderiam discutir vários elementos que precarizaram direitos do PPCTAE, praticados pela Gestão em relação aos Técnicos. Não precisava dizer e nem comparar uma população que estava abaixo da linha da pobreza, da indignidade, para querer dizer que os Técnicos não estavam passando precarização. Não traria exemplos de pessoas que eram assediadas todos os dias, porque o redimensionamento das Unidades diga o que ele têm de cumprir. Não haveria debate com esta linha de raciocínio, porque iriam discutir o que era política pública e quem estuda política pública, porque o debate seria mais amplo. Não estavam falando sobre condições ideais e sim, de condições mínimas para o funcionamento. Era constrangedor que sempre quando falavam em terceirização era sempre sobre o Técnico. Se fosse terceirização dos docentes, será que o debate não seria distinto? Isto demonstrava como estávamos precarizados politicamente neste debate. Se o posicionamento dos TAES não seria levado ao CONSUN, pediu que ficasse registrado em ata a posição dos TAES, tirada de Assembleia. Não deveriam dizer que as reclamações dos TAES não eram legítimas. O conselheiro Luiz Filipe disse que falaram muitas coisas que não davam para pontuar, pois tinham diferentes posições. Não dava para pensar na questão das condições ideais para aprovar alguma coisa. A questão dos cursos, tínhamos ótimas propostas. Precisam ser pontuadas. As vezes algumas coisas são argumentadas, que são estranhas. Ex: vagas docentes não é questão do CONSUN e sim do COCEPE. Vamos ter que entender que estamos criando demandas. A criação do curso de LIBRAS vai necessitar de vagas e estaremos tirando a vaga de alguém, pois não vão existir vagas novas. O Governo Federal há muito tempo não tem acenado com vagas para TAES. Vagas estratégicas são contabilizadas na conta das Unidades. Deveriam ter outras de ação, que não estavam discutindo naquele momento. Certos argumentos não devem ser utilizados corriqueiramente, senão estariam admitindo coisas que serão tal qual algumas instituições privadas, que costumamos citar. Era favorável, com alguns questionamentos, mas necessitavam seguir em frente, com a necessidade de redimensionar algumas questões, para não admitir a precarização, sob pena de estarem muito abaixo do ideal. O conselheiro Carlos Rogério disse que havia sido contemplado com a fala do conselheiro Luiz Filipe. Não discutia o mérito das propostas. No COCEPE deveriam analisar o mérito das propostas, mas no CONSUN teriam outras questões a serem colocadas. Disse que havia precarização, sim, dentro da nossa instituição, pois o serviço público estava totalmente precarizado. Não poderia comparar com o ensino privado que é totalmente precarizado em grande parte do Brasil. Não poderiam negar que no ensino público havia precarização e se fossem analisar as avaliações dos cursos, entenderiam porque as notas estavam totalmente lá em baixo. No ensino privado a intenção era de lucro, de mercado. Deveriam entender que quando criassem um curso que precisaria de pelo menos quatro docentes, estariam tirando de alguém e o conselho teria de assumir isto. Quando se falava em inclusão deveriam olhar por que a Medicina não quer aumentar oferta de vagas. A Medicina é o curso que tem maior demanda na instituição, mas por que não se discute o aumento de vagas? Por que o trabalhador sofrido não tem direito a cursar Medicina, por ser um curso diurno? A inclusão é parcial. Recortamos a Universidade em partezinhas e em algumas não tocamos. Será que a Medicina bancaria a oferta de vinte vagas para o turno noturno, se fosse proposto isto? Duvidava que o COCEPE fosse bancar isto. Eles diriam que no curso não devemos mexer, pois no Brasil não precisamos de mais médicos. Com toda a precarização da saúde pública que este Governo miserável transformou. Deveríamos ter cuidado com alguns discursos. A precarização existe no serviço público. Naquele dia iria se reunir com o Prof. Paulo para redigirem a Nota do CONSUN sobre a situação desesperadora da maioria das universidades e não poderiam sinalizar que iriam continuar empurrando com a barriga esta situação de miséria. O que a

conselheira Mara trazia sobre a precarização da situação dos TAEs, e queria trazer uma crítica sobre o teletrabalho, que era um equívoco que impactava toda a comunidade universitária, e este debate deveria ser democrático e não conquistar uma parte da comunidade, pois irá impactar o serviço de todos, e vai terminar com a carreira dos técnicos a curto prazo. Queria fazer este debate que nós não fizemos e estávamos ali discutindo demanda dos técnicos. Na sua Unidade o Diretor reuniu os técnicos que atuam na PG e deu um ultimato que deveriam ir para o teletrabalho ou estariam disponíveis para trabalhar nos Colegiados de Curso. A técnica que trabalha com eles respondeu que não queria teletrabalho e obteve a resposta que se ela não queria teletrabalho iria para o Colegiado de Curso, trabalhando oito horas por dia. Era assim que iriam tratar a Universidade? Deveriam discutir juntos, principalmente em um Conselho Superior. Nesta colcha de retalhos em que se transformou a Universidade, pelos inúmeros cursos que temos, as relações não são estas que estávamos imaginando ali, de solidariedade. Nunca foram. São feudos e tínhamos que assumir isto, pois se não assumissem, estariam no caminho errado. O Edital 02/2022 era um equívoco, porque não corrigia erros e não corrigia o dimensionamento do corpo docente. Sobre o dimensionamento do corpo técnico, iria citar a Unidade onde trabalhava, tinham um técnico para atender mil alunos. Como ele se virava? Como dimensionavam este público que seria atendido? A situação era muito grave. Falou para a conselheira Fátima que a sociedade não era solidária e nunca havia sido. Quando viesse uma vaga para a Universidade, as Unidades brigariam de facção para disputar esta vaga. Ninguém iria se preocupar se outra Unidade estaria precisando mais desta vaga. Sempre foi assim historicamente. Disse que quanto ao mérito, não teria como votar contra a criação dos cursos, pois eles têm mérito, mas as condições que seriam ofertadas para estes cursos funcionarem, não seria fácil. Teriam condições orçamentárias no ano seguinte para permitir que contratassem os TILs que seriam necessários? O orçamento do ano seguinte seria aprovado neste ano, e o Governo estava passando a tesoura. Não tinha ilusões na mudança de governo de que fosse melhorar muito mais. A história já havia demonstrado que não foi assim. A situação era preocupante, havia precarização sim, e a sensação que tinha era de que quando a situação chegasse nos seus bolsos então iriam sentir e a situação iria chegar. Era isso que queriam? Disse que estava fazendo uma fala um tanto dura, pois precisavam pensar. A conselheira Fátima falou, por ter sido citada, que não quisera fazer uma análise comparada com a vida de cada um, e sim quis relatar era que estavam vivendo uma realidade onde precisavam olhar o cenário e comparar com a situação social para mudar a situação de pessoas, e precisavam entender a realidade e fazer frente, inclusive politicamente, pois havia necessidade de mudança. Não afirmava que não havia precarização, mas queria admitir em algum momento, que este Conselho deveria discutir o que entendia por qualidade e o que entendiam por precarização, pois usavam muito a palavra, mas não sabia se tinham clareza do que estavam dizendo. Talvez fosse o caso de, em algum momento da negociação, discutirem qual era o sentido e o conceito de qualidade, pois isso seria um conceito fundamental e só iríamos nos manter como instituição pública se continuarem garantindo a qualidade, mas isso tem visões diferentes do que seja qualidade. Qual era a qualidade que queríamos e isso passava pela relevância do impacto que temos sobre qualidade. A conselheira Márcia disse que não havia se negado a colocar o posicionamento do COCEPE, mas eles, como representantes podiam produzir várias falas, se fosse o caso, mas deveriam encaminhar a decisão final do Conselho. Deu o exemplo de como trabalhava sem técnico, só queria mostrar como as pessoas se empenham para fazer tudo funcionar, mas não se negou a fazer sua fala no CONSUN. O conselheiro Bruno disse que acompanhava o posicionamento da conselheira Márcia em relação à sua manifestação no CONSUN. Disse que estava satisfeito com todos os comentários que haviam sido realizados em relação à proposta, especialmente em relação à questão da infra estrutura e redimensionamento. Ficava também muito claro que as propostas mexiam com uma situação que não havia surgido com elas, esta era uma situação pré-existente e o debate era necessário. Estava também muito claro o discurso sobre o posicionamento estrutural e operacional. A ele parecia que o COCEPE, pelos comentários realizados, estava muito ciente disso, mas gostaria de registrar, bem rápido, o trabalho das equipes envolvidas, mesmo ausentes, queria registrar seu depoimento, pois os projetos haviam sido muito bem elaborados, com justificativa e contexto até mesmo para outras áreas entenderem a importância dos cursos e são cursos que, pelos seus temos, tinham impacto social, econômico e tecnológico, pois eram cursos que tinham uma possibilidade bem grande de obtenção de recursos, como, por exemplo, o Comércio Exterior, parcerias, incremento à extensão e incremento de oportunidade de ampliação de agências de pesquisa, não só ensino, pois havia muitas linhas de pesquisa nestas áreas. O curso de



LIBRAS e Literatura Surda tinha um impacto social imenso e era um curso que poderia realmente trazer um resultado importantíssimo, no que dizia respeito ao alcance da Universidade na sociedade. A conselheira Joice registrou novamente a solicitação da categoria dos TAEs em relação ao levantamento de como estava a situação da Universidade nos últimos cinco anos. Queria registrar também que, independente da intenção ou não da fala, e ninguém estava discutindo isto, ela, como representante da categoria dos Técnicos, entendia que a categoria estava falando de uma precarização que existia, estava clamando para ser ouvida, para ser vista. A categoria estava precarizada e havia se sentido coagida e constrangida na comparação com a precarização da miséria no Brasil, fazendo com que a categoria se transformasse em vilã, quando havia sido colocado que como poderiam se sentir precarizados enquanto existiam tantos brasileiros muito mais precarizados do que eles. Não cabia, mesmo que não tivesse sido a intenção, este tipo de comparação que havia feito com que ele se sentisse constrangido, enquanto categoria. Reconhecia a importância e a necessidade dos cursos, mas acreditava que precisavam, sim, enxergar que a Universidade precisava de alunos, de docentes, mas também precisava de técnicos que estavam alarmando que estavam precarizados, adoecendo, e solicitando que olhassem para eles. Era o pedido de uma categoria e não de um único servidor. Sabiam que haviam docentes precarizados e isto não era uma competição, mas sabiam que haviam Unidades que haviam recebido vagas docentes, que estavam realizando concurso e também haviam Unidades que não conseguiam vagas, por não atingirem a carga horária mínima. Então a intenção não era concorrer e, sim, trazer um posicionamento que era real e grave e ela acreditava que eles, enquanto Conselho, precisavam ocupar estes espaços, justamente para manifestar e ficar na ciência de todos, para tentar melhorar estas questões e tomarem cuidado para não tentar constranger os colegas com sua fala. A senhora presidenta falou que havia sido muito importante todas as falas, pois quando se colocavam uma responsabilidade de pensar a Universidade, acreditava importante a representatividade dos técnicos neste Conselho e foi um grande avanço que a Universidade teve, em trazer seu ponto de vista e as manifestações muito importantes. Pediu que, para além da questão da solicitação da conselheira Mara para a professora Isabel colocar o posicionamento dos Técnicos, pediria ao conselheiro Carlos também colocar seu estudo da necessidade de Técnicos no Centro de Artes, pois havia uma decisão posterior que era muito importante. Queria dizer que não era uma situação isolada, pois estavam ali refletindo a questão de inclusão dos cursos noturnos desde o ano anterior, e haviam levado à frente, por entenderem que havia uma estratégia necessária para a sobrevivência da universidade pública. Estavam perdendo estudantes e precisavam rever as estratégias para que estes estudantes vissem a universidade na sua construção de vida e na sua formação como uma possibilidade profissional, como inclusão e transformação social, e este movimento dentro da universidade não era isolado, pois havia movimento, principalmente da PRE, mas também junto à discussão que estavam desenvolvendo com o projeto da PPI – Projeto Pedagógico Institucional, estavam visitando as Unidades, para discussão do futuro da UFPEL, e uma das estratégias era esta que os cursos se repensassem. Quando a conselheira Fátima falava dizendo que apenas vinte e dois por cento dos cursos tinham suas vagas completadas totalmente, tinham um percentual de problemas dos demais cursos que precisavam se rever e este movimento estava acontecendo. Estavam percebendo isto e não era uma coisa que teria um impacto imediato, mas esta transformação estava acontecendo. Com isto vinha o redimensionamento de estrutura, porque o fato de poderem pensar em oferta para o Capão do Leão, só para dar um exemplo, iria ampliar o número de salas para utilização no turno noturno e poderiam ampliar os cursos que estavam em Pelotas poderem se ampliar. Estavam levando a discussão e as Unidades estavam começando a refletir, pois a intenção não era apenas criar cursos noturnos, estavam propondo um curso estratégico, como o curso de LIBRAS, que historicamente a Universidade queria abrir e mais dois cursos neste momento e o fomento continuava no sentido de que as Unidades poderem repensar seus cursos. Dentro do cenário caótico em que estavam, este era um movimento que acreditavam ser necessário de ser feito. Dito isto, agradeceu a fala de todos e colocou em votação as propostas dos cursos, quanto ao mérito acadêmico e o PPC do Curso de LIBRAS. **Item 01. PROCESSO Nº 23110.011575/2022-20 – CRIAÇÃO DE CURSO E PPC DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO EXTERIOR – COMEX / CCSO.** O COCEPE, considerando a relevância acadêmica, pedagógica e social da proposta, aprovou a solicitação de Criação do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior – COMEX / CCSO; e, considerando o parecer da Comissão de Graduação (1746515), aprovou o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), conforme Doc. SEI nº1724918. **Item 02. PROCESSO Nº 23110.011648/2022-83– Criação do Curso e**

PPC do Curso de Design de Jogos / CA. O COCEPE, considerando a relevância acadêmica, pedagógica e social da proposta, aprovou, a solicitação de Criação do Curso de Design de Jogos / CA; e, considerando o parecer da Comissão de Graduação (1760535), aprovou o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) (1760321). **Item 03. PROCESSO Nº 23110.018317/2022-74 (RELACIONADO AO 23110.030644/2021-13 - CRIAÇÃO) – PPC DO CURSO DE LETRAS LIBRAS/LITERATURA SURDA / CLC. O COCEPE aprovou a solicitação de PPC do Curso de Letras Libras/Literatura Surda / CLC (relacionado ao 23110.030644/2021-13 - Criação). Aprovados, com 4 (quatro) abstenções. Às doze horas e treze minutos, fez a suspensão da reunião, para reiniciar às quatorze horas. **Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois**, com início às 14 horas, continuou-se sessão **ordinária** do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE, da Universidade Federal de Pelotas, no Gabinete da Vice-Reitora, convocada e presidida pela **Professora Ursula Rosa da Silva**, Vice-Reitora, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Professora Maria de Fátima Cossio**, Pró-Reitora de Ensino; **Professor Flávio Fernando Demarco**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; **Professor Eraldo dos Santos Pinheiro**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Professor Luiz Filipe Damé Schuch**, representante da Área de Ciências Agrárias; **Professora Márcia Foster Mesko**, representante da Área de Ciências Exatas e Tecnologia; **Professora Airi Macias Sacco**, representante da Área de Ciências da Saúde e Biológicas; **Professor Carlos Walter Alves Soares**, representante da Área de Letras e Artes; **Professor Carlos Rogério Mauch**, representante do Conselho Universitário; **Senhora Mara Beatriz Nunes Gomes**, representante dos Técnico-Administrativos; **Senhora Joice Pereira da Silva Carvalho**, suplente da representante dos Técnico-Administrativos; **Acadêmico Cassio Lilge**, representante discente e a **Acadêmica Juciara Silva Corrêa Fonseca**, representante discente. Não compareceu o conselheiro **Professor Bruno Rotta Almeida**, representante da Área de Ciências Humanas, por ter atividades acadêmicas pré agendadas. De pronto passaram à análise do **Item 04. PROCESSO Nº 23110.020500/2022-30 - MINUTA DE RESOLUÇÃO - ESTABELECE AS NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O INGRESSO NA CLASSE A DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR NA UFPEL**. A relatora explicou que no parecer jurídico teve observações. Ressaltados quatro pontos de entendimentos divergentes. Critérios compensatórios (para quem não atingiu a nota mínima): b) para candidatas adotantes – 1,20; c) para candidatas que geraram filhos – 1,30; d) candidatos de ações afirmativas – 1,20 + 20% (Nesse caso não havia justificativa jurídica). Baseados em Nota Técnica da Secretaria de Ações Afirmativas garante os 20%). OBS: Colocar um parágrafo, citando o Art. X, parágrafo y da Lei nº 12.990. Abre parágrafo no Art. 6. Diminuição do prazo para cinco anos para critérios compensatórios. Manter o item c) de seis anos. Art. 6º - parágrafo 4º - cotas raciais (no mínimo 20%) e no parecer da PJ a expressão no mínimo. Acordado retificar para não fragilizar o texto da Resolução. Art. 15 – parágrafo 3º - composição da Banca, possibilidade de diversificação da Banca. PJ sugeriu a criação de um parágrafo possibilitando justificativa da Unidade para não seguirem o Art. Em reunião, a Comissão decidiu não retirar a expressão, sob pena de incentivar o não cumprimento da Resolução. O conselheiro Eraldo disse que discutiram isto amplamente, antes de enviar à PJ. A conselheira Mara Beatriz disse que tiveram de rediscutir a Minuta e tentaram pensar em como atender a sugestão do parecer. Esta era uma determinação institucionalmente. O conselheiro Carlos Rogério disse que não era contrário ao que estava escrito. A partir deste ponto aconteceram várias manifestações. Em relação a não conseguirem uma Banca diversa, a Unidade deveria inserir a justificativa e enviar para a Comissão de Concursos, com acompanhamento desta. Todos os prazos estavam em dias úteis, mas a PJ declarou ser necessário os dias corridos. Lançamento do Edital em quatorze de julho. Finalmente colocada em votação, com os ajustes incluídos, a Minuta foi aprovada, por unanimidade. O COCEPE aprovou as alterações sugeridas pela Comissão de Concursos, no Art. 1º - parágrafos 3º, 4º e 5º. A seguir, passaram à análise do **Item 05. PROFESSOR SUBSTITUTO – APROVEITAMENTO. Proc. nº 23110.019327/2022-27 - Curso de Fisioterapia/ESEF** - Solicitação de aproveitamento de candidato classificado em Processo Seletivo para Contratação de Professor Substituto. Vaga: Licença-Maternidade / Edital/Processo para aproveitamento: Edital COODEC nº 008/2021 - Processo nº 23110.011444/2021-61 / Área: Semiologia Geral e Aplicada em Fisioterapia OU Fisioterapia Neurofuncional e Manejo do Paciente. A relatora explicou que se tratava de solicitação de aproveitamento de Professor Substituto,**

devido a licença maternidade da Professora Núbia Cunha. Aproveitamento do Edital 08/2021. Aprovação condicionada ao parecer da seção de controle de vagas. O COCEPE, considerando o Memorando 26 (1722505); considerando a Ata (1732703) e a Ata CD (1738220) e considerando o formulário PROGEP Solicitação Aproveitamento Prof. Substituto DGS (1754940), aprovou, de acordo com o mérito acadêmico, a solicitação da ESEF de aproveitamento de candidato classificado em Processo Seletivo para Contratação de Professor Substituto, como descrito abaixo, condicionado ao parecer da Seção de Controle de Vagas (SCV): - Vaga: Licença-Maternidade - Prof.<sup>a</sup> Núbia Broetto Cunha (DPP: 04/10/2022). - Departamento/Curso / Unidade: Curso de Fisioterapia/ESEF. - Edital/Processo para aproveitamento: Edital PROGEP nº 08/2021 - Processo SEI nº 23110.011444/2021-61. - Área: Semiologia Geral e Aplicada em Fisioterapia OU Fisioterapia Neurofuncional e Manejo do Paciente. - Regime de Trabalho: 40h. **Item 06. COMISSÃO DE GRADUAÇÃO – CG. Proc. nº 23110.023597/2022-32 – CRA - Quadro de vagas 2023 - Oferta de vagas em cursos presenciais – PAVE. Quadro aprovado pelo COCEPE. Proc. nº 23110.025541/2019-17 - Curso de Gestão Ambiental (Bach.)/CIM - Oferta de vagas/Ingresso Gestão Ambiental Bacharelado. Revisão de ingressantes – redução do número de vagas. Aprovada pelo Conselho. Proc. nº 23110.012921/2022-97 - Dep. de Matemática e Estatística/IFM - Oferta de Disciplinas Concentradas: Turmas T1, T2 e T7 de Estatística Básica (código: 11100026) e Turma T1 de Métodos Estatísticos 1 (código: 11100057). Ciência ao Pleno, do atendimento à solicitação do COCEPE. Proc. nº 23110.015023/2022-91 – Acadêmica/CENG - Recurso contra indeferimento de pedido de aproveitamento de disciplina – aluno do Curso de Engenharia Geológica. Parecer desfavorável aprovado pelo Conselho. Os demais, todos com parecer favorável, foram aprovados em bloco. Proc. nº 23110.031589/2020-06 – Acadêmica/FAMED - Pedido de aproveitamento da disciplina de Epidemiologia – Aluno do Curso de Medicina. Proc. nº 23110.020565/2022-85 – Acadêmica/FAMED - Recurso contra indeferimento de pedido de Mobilidade Acadêmica. Proc. nº 23110.020498/2022-07 – Acadêmica/NAI - Recurso contra indeferimento de matrícula por cota. Proc. nº 23110.018730/2022-39 – Acadêmica/CRA - Recurso contra recusa de matrícula. Proc. nº 23110.008018/2022-21 - Coord. de Permanência/PRAE - Minuta de Resolução Comissão Permanência Estudantil (COPERE). Proc. nº 23110.039144/2021-47 - Curso Engenharia Geológica/CENG - Pedido de oferta de disciplina, em regime concentrado: Mineralogia. (Ofertada ao Curso de Bacharelado em Química). Proc. nº 23110.038846/2021-11 - Curso Engenharia Geológica/CENG - Pedido de oferta de disciplina, em regime concentrado: Mineralogia. (Ofertada ao Curso de Química Industrial). Proc. nº 23110.039071/2021-93 - Curso Engenharia Geológica/CENG - Pedido de oferta de disciplina, em regime concentrado: Mineralogia. (Ofertada ao Curso de Química de Alimentos). Proc. nº 23110.019105/2022-12 – Acadêmica/FD - Recurso contra o Trancamento Geral de Matrícula – Aluno do Curso de Direito. Proc. nº 23110.021476/2022-56 – CA - Relatório de Projeto de Ensino: 2246 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Proc. nº 23110.022374/2022-58 – CCSO - Relatório de Projeto de Ensino: 3903 Gestão Pública em Foco. Proc. nº 23110.017753/2022-26 – CENG - Relatório de Projeto de Ensino: 4823 Aula inaugural 2021-1. Proc. nº 23110.020947/2022-17 – CLC - Relatório de Projeto de Ensino: 4007 Análises sobre o sintagma nominal do Português Brasileiro. Proc. nº 23110.004854/2022-37 – FAE - Relatório de Projeto de Ensino: 4180 Leituras sobre Piaget - compreendendo o conceito de autonomia. Proc. nº 23110.023166/2022-76 – FAMED - Relatório de Projeto de Ensino: 3120 Grupo de Estudos sobre prematuridade e desenvolvimento infantil. Proc. nº 23110.001434/2022-07 – FD - Relatório de Projeto de Ensino: 4655 Aula Inaugural do Ano Acadêmico de 2021 dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFPel. Proc. nº 23110.023025/2022-53 – ICH - Relatório de Projeto de Ensino: 5188 Jovens Rurais e a construção de suas identidades: significados rurais e urbanos. Proc. nº 23110.022309/2022-22 – CA - Renovação de Projeto de Ensino: 3234 Projeto Audiovisual Experimental. Proc. nº 23110.021487/2022-36 – FAEM - Renovação de Projeto de Ensino: 2819 Elaboração de Livro de Topografia. Proc. nº 23110.022371/2022-14 – FAMED - Renovação de Projeto de Ensino: 3587 Pulsional - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise. Proc. nº 23110.008572/2022-17 – FD - Renovação de Projeto de Ensino: 2487 Estudos de Direito Comparado: Direito Romano e Direito Civil Brasileiro. Proc. nº**

**23110.020618/2022-68 – ICH** - Renovação de Projeto de Ensino: 2918 Patrimônio, memória e Educação Patrimonial: mediações e diálogos intermitentes. **Proc. nº 23110.019379/2022-01 – IFISP** - Renovação de Projeto de Ensino: 3041 Labgrima - Laboratório de Geopolítica e Relações Internacionais. **EXTRA-PAUTA CG: Proc. nº 23110.020965/2022-91** - Requerimento de Trancamento Geral de Matrícula - Acad. Túlio Henrique dos Santos Souza - Curso de Direito. Parecer desfavorável do Pleno. Os demais, todos com parecer favorável, foram aprovados pelo Conselho. **Proc. nº 23110.023622/2019-82** - Solicitação de manutenção da redução do número de vagas para ingressantes no Curso de Dança. Redução 2022/1. **Proc. nº 23110.053485/2018-20** - Solicitação de redução de vagas de ingresso para o Curso de Odontologia. Redução 2023/1 e 2. **Proc. nº 23110.020972/2022-92** - Solicitação de ampliação de vagas do Curso de Biologia - Licenciatura, de 35 para 75 vagas especificamente para atendimento aos alunos do PARFOR. **Proc. nº 23110.023138/2022-59** - Pedido de oferta de disciplina, em regime concentrado: 07960037 - Estágio Básico III - Curso de Psicologia / FAMED. **Proc. nº 23110.020826/2022-67** - Recurso referente à abono de faltas na disciplina de Cálculo 1A - Acad. Luisa Lafuente - Curso de Farmácia. **Proc. nº 23110.001032/2013-11** - Projeto Pedagógico do Curso de Dança, com atualização do texto do PPC. **Proc. nº 23110.037108/2021-49** - Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Petróleo, com atualização do texto do PPC. **Item 07. COMISSÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – CPPG**. Todos os processos, com parecer favorável da Comissão, foram aprovados pelo Conselho. **Proc. nº 23110.008557/2017-01 – PRPPG** - Proposta de mudança da máscara dos certificados dos cursos de especialização, substituindo a descrição do número de créditos pelo de número de horas concluídos. **Proc. nº 23110.014348/2022-56 – CRInter** - Proposta de Acordo Específico para mobilidade entre a UFPel e a Universidad Tecnológica (UTEC). **Proc. nº 23110.023498/2022-51 – CA** - Relatório de Projeto de Pesquisa: 2855 Cultura Visual no Ensino de Artes Visuais – sentidos, práticas e experiências docentes. **Proc. nº 23110.022774/2022-63 – ESEF** - Relatório de Projeto de Pesquisa: 4398 Impacto da pandemia de covid-19 nos usuários do projeto vida ativa de Pelotas/RS. **Proc. nº 23110.022778/2022-41 – ESEF** - Relatório de Projeto de Pesquisa: Código 3578 - O que foi estudado até agora sobre atividade física e COVID-19 durante a pandemia? Uma revisão de escopo. **Proc. nº 23110.023493/2022-28 – FAMED** - Relatório de Projeto de Pesquisa: 3524 Posição do paciente para intubação endotraqueal no cenário COVID-19. **Proc. nº 23110.020879/2022-88 – FE** - Relatório de Projeto de Pesquisa: 3661 Estudos e Pesquisas em Neonatologia. **Proc. nº 23110.023470/2022-13 – FN** - Relatório de Projeto de Pesquisa: 3940 Perfil nutricional dos pacientes atendidos em uma unidade básica de saúde em pelotas/RS no ano de 2019. **Proc. nº 23110.023453/2022-86 – FN** - Renovação de Projeto de Pesquisa: 3106 Estudo sobre dietas de baixo carboidrato (LowCarb) e desenvolvimento de preparações. **Item 08. PROJETOS UNIFICADOS (COBALTO)**. Todos os processos, com parecer favorável das Comissões, foram aprovados pelo COCEPE. **Ações de Extensão (7): Cód. 19259** - Mês de junho: orgulho LGBTQ+ Surdo. (Projeto: Compartilhando conhecimentos sobre Epistemologia Surda: Estudos das Línguas de Sinais e Estudos Surdos). **Cód. 19345** - PodCast da PhysioSport (Projeto: PhysioSport – Liga Acadêmica de Fisioterapia Esportiva). **Cód. 19335** - 2º Ciclo de Palestras (Projeto: Abordagens teóricas e práticas da Química Forense no âmbito pericial). **Cód. 19335** - 2º Ciclo de Palestras (Projeto: Abordagens teóricas e práticas da Química Forense no âmbito pericial). **Cód. 18450** - Curso de Inverno – PPGCAmb (Projeto: Projetos Integradores CENG). **Cód. 19325** - LinkedIn e suas potencialidades (Projeto: Diálogos e vivências em química de alimentos). **Cód. 19347** - Formação política em defesa dos direitos e do fortalecimento institucional de organizações quilombolas do Rio Grande do Sul - FACQ/RS e CONAQ (Projeto: Núcleo de Estudos e Pesquisas E'LEÉKÒ - Agenciamentos Epistêmicos Antirracistas e Descoloniais). **Ações de Ensino (6): Cód. 18485** - Palestra: Modelagem BIM (Projeto: Ciclo de Atividades Extracurriculares do Curso de Engenharia Civil). **Cód. 19418** - Monitoria acadêmica na Faculdade de Odontologia (Projeto: Programa de Monitoria da UFPEL). **Cód. 18427** - Paleontologia - análise dos fósseis do LaPalE como complementação prática da disciplina Paleontologia I (Projeto: Núcleo de Estudos em Paleontologia e Estratigrafia - NEPALE). **Cód. 18556** - Preparação para turma 2022/1 (Projeto: Pré-Cálculo no Moodle). **Cód. 19275** - Revisão da tradução do

texto "Creaturesofthe light", de Sophie Wenzel Ellis (Projeto: Tradução de ficção científica e fantasia de autora feminina escrita entre 1600 e 190). **Cód. 18177** - Palestra: Paralelo entre estruturas de concreto armado e protendido (Projeto: Ciclo de Atividades Extracurriculares do Curso de Engenharia Civil). **Projetos de Extensão (5): Cód. 5737** - Do laboratório da pesquisa ao laboratório escolar. **Cód. 5423** - Colaborando na adaptação de pessoas com estomias intestinais e famílias: projeto assistencial e educativo. **Cód. 5723** - PSICON - Empresa Júnior do Curso de Psicologia. **Cód. 5736** - Projeto de colaboração técnica (integrado na modalidade extensão) compartilhando saberes sobre educação e saúde. **Cód. 5731** - Omixdata: difusão de conhecimentos de biotecnologia, bioinformática e aprendizagem de máquina através de redes sociais e plataforma de microblogging e blogging. **Projetos de Ensino (5): Cód. 5673** - Sexualidade, adolescência e escola: planejando a intervenção. **Cód. 5672** - La Casa da Bioestatística: desenvolvendo planos de análise na área da saúde. **Cód. 5505** - Sessão científica do GEDTA. **Cód. 5738** - Apoio à Química Geral. **Cód. 5588** - Atuando em ciência e tecnologia de produtos de origem animal.

**Item 09. PROCESSOS APROVADOS “AD REFERENDUM” PARA SEREM HOMOLOGADOS.** Todas as aprovações, por parte da senhora presidenta foram homologadas pelo Conselho. **Proc. nº 23110.003496/2022-45** - Curso de Engenharia Civil/CENG - Solicitação de aproveitamento de candidato classificado em Processo Seletivo para Contratação de Professor Substituto. Vaga: Licença-Maternidade / Edital/Processo para aproveitamento: Edital COODEC nº 001/2021 - Processo nº 23110.033133/2020-72/ Área: Representação Gráfica OU Arquitetura. **Proc. nº 23110.018128/2022-00** - Curso de Arquitetura e Urbanismo/FAURB - Solicitação de aproveitamento de candidato classificado em Processo Seletivo para Contratação de Professor Substituto. Vaga: Licença-Maternidade / Edital COODEC nº 001/2021 - Processo nº23110.033505/2020-61 / Área: Tecnologia de Arquitetura e Urbanismo OU Instalações Prediais. **Proc. nº 23110.017737/2022-33** - Curso de Letras – Português/CLC - Inscrição no Edital COCEPE nº 01/2022, referente à distribuição de vagas docentes aos Cursos de Licenciatura da UFPel - Curso de Letras – Português. **Proc. nº 23110.019690/2022-42** - Curso de Ciências Biológicas/IB - Inscrição no Edital COCEPE nº 02/2022, referente à distribuição de vagas docentes aos Cursos de Graduação de grau Tecnológico e de grau Bacharelado da UFPel - Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas. **Proc. nº 23110.018616/2022-17** - Curso de Antropologia/ICH - Inscrição no Edital COCEPE nº 02/2022, referente à distribuição de vagas docentes aos Cursos de Graduação de grau Tecnológico e de grau Bacharelado da UFPel - Curso de Bacharelado em Antropologia. **Proc. nº 23110.022380/2022-13** - Curso de Farmácia/CCQFA - Pedido de oferta de disciplinas, em regime concentrado: Operações Unitárias e Análise Físico-Química de Alimentos / Curso de Farmácia. **Proc. nº 23110.023041/2022-46** - Curso de Letras: Português e Alemão/CLC - Pedido de oferta de disciplina, em regime concentrado: Literaturas de Língua Alemã IV / Curso de Letras: Português e Alemão – para dois alunos formandos. **EXTRA-PAUTA: 1) Proc. nº 23110.018695/2022-58** - Contratação de professor visitante para o Programa de Pós-Graduação em Letras - candidata Vera Lucia Pires. Aprovado. **2) Proc. nº 23110.012063/2022-81** - Novo PPC da Educação Física. O relator explicou que foi ampliado o número de vagas no momento de aluno optar. Havia a proposta de realização de processo seletivo para o aluno ingressar na Licenciatura ou Bacharelado. A CG foi contrária a esta alternativa e solicitou que retirasse e o aluno pudesse optar para que a modalidade iria. As cem vagas ficariam liberadas para escolha do grau que iriam cursar. A CG solicitou retirar a questão de Edital do PPC. Aprovou o PPC, condicionado à retirada do texto, sugerido pela CG. **3) Proc. nº 23110.021045/2022-90** - Relatório de Projeto de Extensão: Código 1052 - Conservatório de Música da UFPel: um século de arte em Pelotas /CA. Aprovado. Sem mais manifestações, a senhora presidenta agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às quinze horas e cinquenta minutos e eu, Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada foi igualmente assinada eletronicamente pela senhora presidenta.



Documento assinado eletronicamente por **ROSEMÉRI GOMES GONCALVES**, Secretária, Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, em 29/07/2022, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

2020.



Documento assinado eletronicamente por **URSULA ROSA DA SILVA, Presidente**, em 29/07/2022, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1799977** e o código CRC **6AE65AD0**.

**Referência:** Processo nº 23110.023839/2022-98

SEI nº 1799977